

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
DO PORTO DE FORTALEZA – 2026**

DATA E HORA: 25/05/2026 às 09h30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **José Pereira Campos Júnior**, Diretor Comercial da CDC; **Mário Jorge Cavalcanti Moreira**, Representante da Diretoria Comercial da CDC; **Cláudio Nelson**, Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica; **Igor Rodrigues Brasil**, Coordenador de Infraestrutura Civil; **Fausto Pinheiro Neto**, representante da empresa HMS Brasil Offshore.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião, dando boas-vindas aos presentes e declarando aberta a 3ª reunião ordinária do CAP em 2026.

II. Aprovação da ata da 2ª reunião ordinária do CAP em 2026:

A ata foi submetida à apreciação do Conselho, sendo aprovada sem ressalvas.

ORDEM DO DIA

III. Posse do Sr. Bruno Rocha de Sousa Teixeira (Titular), representante do poder público, indicado pela Marinha do Brasil. Relator: Daniel Rodrigues Aldigueri – Presidente do Conselho.

Foi formalizada a posse do Sr. Bruno Rocha de Sousa Teixeira, representante do poder público indicado pela Marinha do Brasil, considerando a publicação da portaria de designação, anteriormente pendente, passando o referido membro a exercer regularmente suas atribuições no Conselho.

IV. Arrendamentos de áreas no Porto de Fortaleza – Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

a. Terminais MUC59/MUC03/MUC05

b. Terminal de Contêineres

c. Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira apresentou atualização sobre o tema de arrendamentos, com atualização dos principais projetos:

Em relação ao MUC 03, o Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira informou que o EVTEA encontra-se em fase final de análise e ajustes técnicos pelo LabTrans, sob acompanhamento do Ministério de Portos e Aeroportos e da Autoridade Portuária, tendo sido realizadas reuniões entre as equipes envolvidas para alinhamento dos estudos. Registrou que, após a conclusão dos ajustes, o processo deverá ser encaminhado ao Ministério para prosseguimento das tratativas junto à ANTAQ, visando à realização da audiência pública. Informou, ainda, que foram promovidos ajustes no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, com a compatibilização dos perímetros das áreas relativas aos arrendamentos dos MUCs 03, 04 e 05, de forma a assegurar aderência entre as áreas previstas no PDZ e aquelas constantes dos respectivos processos de arrendamento. Para tanto, a Companhia Docas do Ceará contratou serviço especializado de levantamento e georreferenciamento das áreas, cujo material já foi encaminhado ao Ministério.

O Presidente do Conselho, Sr. Daniel Aldigueri, ressaltou a importância do avanço do processo de arrendamento, registrando que eventuais discussões relacionadas ao licenciamento ambiental do empreendimento minerário associado ao projeto, inclusive quanto à possível aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não afastam a necessidade de prosseguimento das etapas relativas ao arrendamento portuário, por se tratarem de processos distintos. Destacou, ainda, a relevância dos investimentos previstos para o Porto de Fortaleza e o potencial de movimentação de grânéis sólidos minerais da área.

Em relação ao MUC 05, o Sr. Mário Jorge informou que o projeto, vinculado ao Armazém 3 e respectiva retroárea, já foi submetido à audiência pública e encontra-se em fase de consolidação das contribuições recebidas. Destacou que o empreendimento possui potencial para ampliar a movimentação de grânéis minerais no Porto de Fortaleza.

O Sr. José Júnior, Diretor Comercial da CDC, registrou ainda, que a Companhia Docas do Ceará possui interesse em conferir ampla divulgação ao certame, de modo a estimular a participação de potenciais interessados e ampliar a competitividade do futuro leilão. Destacou que o projeto foi estruturado de forma a compatibilizar ganhos para a Autoridade Portuária, trabalhadores e cadeia logística, ressaltando que o desenvolvimento do porto deve ser analisado sob a perspectiva do interesse coletivo da atividade portuária. Registrou, ainda, a importância da diversificação das fontes de receita da Companhia, especialmente diante dos cenários futuros relacionados à movimentação de grânéis líquidos e à necessidade de fortalecimento da sustentabilidade econômica do Porto de Fortaleza.

O Conselheiro Paulo Renato, representante dos trabalhadores, registrou preocupação quanto aos impactos da modelagem proposta para o MUC 05 sobre as operações de grânéis e a utilização de mão de obra portuária. Informou que apresentou contribuições no âmbito da consulta pública, solicitando esclarecimentos e a avaliação de eventuais ajustes na modelagem adotada, de forma a proporcionar melhor entendimento acerca dos seus reflexos para os trabalhadores portuários avulsos.

Quanto ao MUC 04, o Sr. Mário Jorge informou que os estudos foram revisados pela Infra S.A. após questionamentos relacionados aos parâmetros utilizados para comparação do terminal, tendo sido promovidos ajustes metodológicos e atualização das informações técnicas. Registrou que o material revisado foi novamente encaminhado ao TCU, para prosseguimento da tramitação do processo de arrendamento. Relatou, ainda, que a expectativa é de conclusão da análise pelos órgãos competentes ainda no segundo semestre de 2026, possibilitando o avanço das etapas subsequentes do certame.

Quanto ao Contrato de Passagem do Sistema Dutoviário do Porto, o Conselheiro Allan Coutinho informou que manteve contato com representantes da Petrobras, tendo sido comunicado que o tema deverá ser retomado no mês de junho, em razão de ajustes internos em curso na companhia. Registrou, ainda, a previsão de realização de reunião entre as partes para alinhamento das tratativas relacionadas ao contrato.

Na ocasião, o Diretor Comercial, Sr. Júnior, relatou que representantes da Petrobras estiveram recentemente no Porto de Fortaleza e solicitaram informações acerca das ações previstas para o Píer Petroleiro, incluindo a apresentação de plano de ação relacionado às intervenções necessárias na estrutura. Informou-se que, após o encaminhamento das informações solicitadas pela Autoridade Portuária, há expectativa de avanço das discussões relativas à formalização do contrato de passagem.

Durante os debates, foi ressaltada a necessidade de conferir maior celeridade às tratativas, considerando os sucessivos adiamentos dos prazos anteriormente informados pela Petrobras e a relevância do instrumento para a continuidade e segurança das operações dutoviárias. O Presidente do Conselho destacou a importância do entendimento de que a celebração do contrato de passagem constitui medida relevante para conferir maior segurança jurídica e operacional às atividades desenvolvidas no Porto de Fortaleza.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

V. Movimentação de cargas. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti Moreira apresentou ao Conselho o panorama da movimentação de cargas do Porto de Fortaleza, com base nos dados constantes do Relatório Gerencial – Abril/2026. Informou que a movimentação total acumulada até abril alcançou 1.648.468 toneladas, representando crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

No tocante aos segmentos movimentados, destacou o crescimento do Granel Líquido, com aumento de 13,0%, e do Granel Sólido Agrícola, com crescimento de 4,3%. Em relação ao Granel Sólido Mineral, registrou redução de 35,6% no período, atribuída à menor quantidade de navios operados até abril, ressaltando, contudo, a expectativa de recuperação desse desempenho em razão das operações previstas para os meses subsequentes.

Registrou, ainda, o crescimento da Carga Geral de 15,0%, e da movimentação de Contêineres, que alcançou 35.830 TEUs no acumulado do exercício, representando crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2025. Registrou a retomada das operações de cabotagem e a expectativa de que a movimentação anual de contêineres alcance entre 120 mil e 130 mil TEUs, podendo superar o maior volume já registrado pelo Porto de Fortaleza.

Por fim, registrou preocupação quanto aos impactos decorrentes da possível transferência das operações de tancagem para o Complexo do Pecém, ressaltando a importância dos novos arrendamentos para a manutenção da receita e da sustentabilidade operacional do Porto de Fortaleza.

Conselho continuará acompanhando a questão.

VI. Atualização acerca de Segurança no Porto, Sistema de Acesso e assuntos gerais. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Francisco Roberto Loureiro, Conselheiro representante da CDC apresentou atualização acerca das ações de segurança do Porto de Fortaleza, informando que não foram registradas

ocorrências relevantes no período. Registrou que os sistemas de inspeção não invasiva permanecem operacionais e que está em andamento a modernização do sistema de CFTV, com ampliação da infraestrutura para suporte a mais de 300 câmeras de monitoramento, encontrando-se os serviços em fase de instalação e implantação da rede de comunicação.

Quanto ao Sistema de Acesso, informou que segue em andamento o processo de digitalização e substituição dos controles físicos por sistema eletrônico de agendamento. Destacou que as operações de cabotagem já utilizam integralmente o sistema, permitindo a tramitação digital da documentação e contribuindo para maior eficiência no controle de acesso. Esclareceu que a ferramenta permanece em fase de validação e aperfeiçoamento, com avaliação contínua dos resultados obtidos antes de sua ampliação para as demais operações portuárias.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Apoio Logístico a caminhoneiros e usuários. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Francisco Roberto Loureiro apresentou atualização acerca dos projetos de implantação dos pátios de triagem vinculados ao sistema de acesso do Porto de Fortaleza. Informou que o empreendimento localizado na CE-010, que se encontrava em estágio mais avançado de desenvolvimento, teve suas atividades suspensas em razão de embargo ambiental, estando em curso tratativas visando à regularização da situação junto aos órgãos competentes.

Quanto ao pátio localizado no Posto São Cristóvão, registrou que o processo se encontra em fase final de formalização, dependendo apenas da conclusão de procedimentos administrativos para sua operacionalização. Em relação ao empreendimento situado nas proximidades do km 1 da BR-116, informou que o projeto permanece em desenvolvimento.

Destacou que a implantação dos pátios de triagem integra a estratégia de ordenamento do fluxo rodoviário de acesso ao Porto, em complemento ao sistema eletrônico de agendamento de cargas, contribuindo para a melhoria da gestão operacional e da circulação de veículos na área de influência portuária.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Acompanhamento e atualizações do Projeto de Sinalização Náutica. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Francisco Roberto Loureiro apresentou atualização acerca do Projeto de Sinalização Náutica, destacando os resultados dos estudos técnicos desenvolvidos pela Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com a Autoridade Portuária, a Praticagem e a Autoridade Marítima, os quais subsidiaram as ações de modernização do acesso aquaviário do Porto de Fortaleza. Informou que as simulações realizadas demonstraram a viabilidade operacional do novo modelo de navegação para embarcações de até 300 metros de comprimento (LOA), sem necessidade imediata de obras estruturais, permitindo a ampliação da capacidade operacional, o fortalecimento da competitividade do porto e a atração de novas operações de cabotagem.

Esclareceu que a implantação definitiva desse novo cenário operacional depende da conclusão do projeto de sinalização náutica, encontrando-se em andamento processos para aquisição ou locação das novas boias de balizamento, bem como a análise e aprovação da solução pela Autoridade

Marítima. Registrou que, enquanto a sinalização definitiva não é implantada, as operações vêm sendo conduzidas mediante portarias operacionais específicas e monitoramento permanente das condições de navegação, incluindo a aferição periódica das boias, em razão de sua característica de deriva, além da utilização de equipamentos de monitoramento ambiental, a exemplo do ondógrafo.

Informou, ainda, que o canal operacional foi ampliado de aproximadamente 160 metros para 222 metros de largura, possibilitando o recebimento de embarcações de até 300 metros de comprimento e boca de até 36 metros, observadas as condicionantes operacionais estabelecidas pela Capitania dos Portos. Destacou que está em curso o processo de incremento progressivo das condições operacionais (ramp-up), conduzido em conjunto com a Capitania e a Praticagem, por meio de avaliações periódicas das manobras realizadas, com vistas à ampliação gradual dos parâmetros de operação e de calado.

O Capitão de Mar e Guerra Bruno Rocha de Sousa Teixeira registrou que a Capitania dos Portos acompanha a execução dos testes operacionais e a evolução das portarias de navegação, ressaltando que a implementação definitiva da nova sinalização náutica proporcionará maior estabilidade e segurança às operações, reduzindo a necessidade de verificações extraordinárias atualmente realizadas antes das manobras e consolidando as condições operacionais previstas nos estudos.

O Relator esclareceu que a atual etapa do projeto corresponde à consolidação operacional do acesso aquaviário para embarcações de até 300 metros, enquanto uma segunda fase contempla intervenções estruturais adicionais, incluindo dragagem, ampliação da bacia de evolução, adequações no Berço 106 e demais melhorias necessárias para viabilizar, futuramente, a operação de embarcações de até 366 metros de comprimento.

O Conselheiro Paulo Renato registrou que a Intersindical Portuária do Ceará, em conjunto com os sindicatos dos trabalhadores portuários, deliberou pela concessão de incentivo tarifário de 15% para as operações de cabotagem e de 10% para determinadas cargas de graneis, como forma de contribuir para a atração e manutenção dessas operações no Porto de Fortaleza. Destacou, ainda, o apoio dos trabalhadores ao projeto de modernização do acesso aquaviário e às iniciativas voltadas ao fortalecimento da cabotagem no porto.

Em complemento, o Sr. Roberto Loureiro ressaltou que a CDC também adotou medidas de incentivo às operações de cabotagem, mediante redução tarifária específica, além de ações institucionais junto aos armadores, destacando que a combinação entre melhorias operacionais, modernização do acesso aquaviário e incentivos tarifários tem contribuído para ampliar a atratividade do Porto de Fortaleza para novas linhas e serviços marítimos.

IX. Acompanhamento e atualizações da Tancagem no complexo portuário de Fortaleza e seu entorno. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Conselheiro Roberto Loureiro apresentou atualização acerca da tancagem no Complexo Portuário de Fortaleza, registrando que permanece em avaliação estudo iniciado na gestão anterior destinado a analisar os impactos decorrentes de eventual descontinuidade dessas operações no Porto de Fortaleza, bem como identificar alternativas de utilização das áreas atualmente ocupadas pela atividade.

Informou que, em razão da recente mudança na administração da Companhia, aguarda alinhamento com a nova gestão acerca da continuidade dos estudos e das diretrizes a serem adotadas sobre o tema, não havendo novas deliberações ou atualizações relevantes desde a última reunião.

X. Atualização sobre ações para melhoria da infraestrutura portuária do Porto de Fortaleza. Relator: Urbano Costa Lima Filho – Representante da Autoridade Portuária.

a. Defensas

b. Pavimentação e recuperação do Cais Comercial

O Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica da CDC, Sr. Cláudio Nelson, referente às Defensas, informou que foi emitida ordem de serviço para aquisição de componentes estruturais destinados à manutenção desses equipamentos, encontrando-se em andamento processos de contratação voltados ao atendimento das demandas existentes. Registrou, ainda, a estruturação de contratação continuada para manutenção das defensas, em modelo de contrato por demanda, contemplando fornecimento de materiais, mão de obra especializada, inspeções, manutenção preventiva e corretiva, com o objetivo de conferir maior agilidade e segurança ao atendimento das ocorrências operacionais. Esclareceu que a iniciativa decorre das dificuldades verificadas no modelo atualmente adotado, especialmente em razão do tempo necessário para aquisição de peças e execução dos reparos.

Durante as discussões, os Conselheiros destacaram a relevância da medida para mitigação dos riscos operacionais associados às defensas, ressaltando a necessidade de priorização do tema junto à Diretoria e ao Ministério de Portos e Aeroportos, diante da importância estratégica da infraestrutura para a segurança das operações portuárias.

Quanto ao píer petroleiro, o Coordenador de Infraestrutura Civil, Sr. Igor Brasil informou que o processo judicial relacionado à contratação dos serviços especializados retornou à fase de análise documental, tendo sido realizada nova avaliação técnica por terceiro especialista, a qual ratificou as conclusões anteriormente apresentadas. Esclareceu que o processo encontra-se atualmente em análise pela Assessoria Jurídica da Companhia, para posterior manifestação nos autos judiciais e encaminhamento ao Juízo competente.

Relativamente à pavimentação e recuperação do cais comercial, informou que os serviços vêm sendo executados por meio do contrato de manutenção civil, contemplando intervenções corretivas e emergenciais conforme as necessidades identificadas. Registrou, ainda, que permanece em avaliação a disponibilidade orçamentária para eventual contratação de estudos e projetos voltados à recuperação estrutural do cais.

Por fim, foi informado que as obras de recuperação do prédio administrativo seguem em execução. Sobre o tema, o Presidente da Companhia estabeleceu prazo de até 90 dias para conclusão dos serviços, destacando a necessidade de finalização da intervenção e retorno da plena utilização das instalações administrativas.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

ASSUNTOS GERAIS:

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

O Conselheiro Paulo Renato, representante dos trabalhadores portuários, registrou preocupação da categoria com a tramitação do Projeto de Lei nº 733/2025, que trata de temas relacionados à exclusividade dos trabalhadores portuários avulsos. Informou que entidades representativas dos trabalhadores portuários em âmbito nacional permanecem mobilizadas em defesa das prerrogativas previstas na legislação vigente, especialmente quanto ao regime de trabalho.

Registrou, ainda, que a categoria se encontra em estado de mobilização nacional, tendo sido realizadas manifestações e paralisações parciais em diversos portos do país. Esclareceu que, no Porto de Fortaleza, as medidas adotadas ocorreram de forma coordenada com os demais atores portuários, sem prejuízo à continuidade das operações, ressaltando a manutenção do diálogo institucional entre trabalhadores, operadores portuários e órgãos intervenientes.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes e pela Secretária do Conselho

Fortaleza, 25 de maio de 2026.

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Presidente do CAP

FRANCISCO ROBERTO LOUREIRO ARAÚJO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO LIMA DOHNERT
Conselheiro

FRANCISCO LÚCIO BATISTA NUNES
Conselheiro – Suplente

PAULO RENATO DA SILVA RÉGIS
Conselheiro

BRAULINO DAMASCENO AMARAL NETO
Conselheiro

JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS FILHO
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

CARLOS EDUARDO BARBOSA CAMPOS
Conselheiro

ALLAN COUTINHO PEREIRA
Conselheiro – Suplente

VERIDIANE MAIA
Secretária